



<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45158>

SEÇÃO: ARTIGOS

Escrita literária da história: o caso *Ruínas Vivas*

Literary writing of history: the Ruínas Vivas' case

Escritura literaria de historia: el caso Ruínas Vivas

Fabrizio Antônio**Antunes Soares¹**

orcid.org/0000-0002-6132-803X

fabricaoantunesoares@gmail.com

Recebido em: 11 set. 2023.

Aprovado em: 17 maio 2024.

Publicado em: 01 jan. 2024.

Resumo: O artigo analisa como a operação literária da história articula-se à construção de sentido do romance *Ruínas vivas*. O contexto histórico examinado é o primeiro quartel da Primeira República no Rio Grande do Sul. A hipótese que perpassa o artigo é averiguar a articulação entre texto e contexto por intermédio da operação literária da história. A fonte desta investigação é o romance supracitado. A proposta do artigo é entender a narrativa do romance *Ruínas vivas* em relação à ascensão e ao fortalecimento do projeto político castilhistas na consolidação do poder político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Conclui-se que o texto literário é permeado por questões do seu presente, examinadas com base na operação literária da história.

Palavras-chave: história intelectual; literatura; escrita literária da história; teoria da história; Farroupilha.

Abstract: The article analyzes how the literary operation of history is articulated to the construction of meaning in the novel *Ruínas vivas*. The historical context examined is the first barracks of the First Republic in Rio Grande do Sul. The hypothesis that permeates the article is to verify the articulation between text and context through the literary operation of history. The source of this investigation is the aforementioned novel. The purpose of the article is to understand the narrative of the novel *Ruínas vivas* in relation to the rise and strengthening of the Castilhistas political project in the consolidation of the political power of the Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). It is concluded that the literary text is permeated by issues of its present, examined from the literary operation of history.

Keywords: intellectual history; literature; literary writing of history; theory of history; Farroupilha.

Resumen: El artículo analiza cómo la operación literaria del cuento se vincula con la construcción de significado en la novela *Ruínas vivas*. El contexto histórico examinado es el primer trimestre de la Primera República en Rio Grande do Sul. La hipótesis que recorre el artículo es investigar la articulación entre texto y contexto a través de la operación literaria de la historia. La fuente de esta investigación es la novela antes mencionada. La propuesta del artículo es comprender la narrativa de la novela *Ruínas vivas* en relación con el ascenso y fortalecimiento del proyecto político castilhistas en la consolidación del poder político del Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Se concluye que el texto literario está permeado por cuestiones de su presente, examinadas desde el funcionamiento literario de la historia.

Palabras clave: historia intelectual; literatura; escritura de historia literaria; teoría de la historia; Farroupilha.

Introdução

Este artigo busca analisar a construção de sentido histórico na narrativa do romance *Ruínas vivas*, publicado em 1910, do escritor Alcides



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Professor-Colaborador no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (PPGHS/UDEL).

Maya (1878-1944). Para tal empreitada analítica, a metodologia usada é a “operação historiográfica” (Certeau, 2007, p. 65-119) relacionada à escrita literária da história. Igualmente, o objeto de análise deste artigo é a literatura como um modo de escrita e interpretação sobre o passado. A fonte que o embasa é o romance supracitado. Assim, o presente estudo investiga as relações de *Ruínas vivas* tanto com o contexto político e intelectual de sua época quanto com a narrativa da sua escrita literária da história.

Ruínas vivas foi escrito por Maya na primeira década do século XX, já sob a Primeira República e o domínio autoritário do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)² na vida política do estado do Rio Grande do Sul. Portanto, com uma esfera pública limitada, a socialização intelectual inicial de Maya dá-se na imprensa oposicionista ao PRR, que abrigava a oposição ao castilhismo. Também, o romance, no bojo de uma operação literária da história, apresentou uma nova visão da Farroupilha, diferente da dos romances publicados até então de caráter romântico, pois se consolidavam entre os letrados do período o realismo e o naturalismo (Bosi, 1994). Os romances anteriores sobre a Farroupilha são: *A divina pastora*, publicado em 1847 e *O corsário*, publicado em 1851 do autor Caldre e Fião³, *O gaúcho*, publicado em 1870 por José de Alencar⁴, *O vaqueano*, publicado em 1872 por Apolinário Porto Alegre⁵ e o *Os farrapos*, publicado em 1877 por Oliveira Belo⁶. Os três primeiros romances são críticos em relação à Farroupilha e defendem a ordem monárquica. Ao contrário, o quarto romance defende a Farroupilha e participa da nascente

memória e atuação política republicana. Por fim, o quinto romance exhibe os prós e os contras da Farroupilha.

Já na historiografia do período, duas interpretações ditavam o entendimento da Farroupilha. Por um lado, *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, publicado em 1881 por Tristão Araripe⁷, e, por outro lado, *História da República Rio-Grandense*, publicado em 1882 por Assis Brasil⁸. Resumidamente, o primeiro avalia o caráter autoritário da Farroupilha e sustenta uma interpretação monárquica sobre o conflito; o segundo analisa o caráter federalista da Farroupilha e defende a visão republicana do evento.

Diante disso, em *Ruínas vivas* há um entendimento de que a Farroupilha era uma alavanca para a crítica à situação política de Maya. Ademais, tanto os integrantes do PRR quanto a sua oposição se consideravam herdeiros da Farroupilha (Grijó, 2010). Contudo, a crítica de Maya em *Ruínas vivas* só foi possível porque, no período de sua escrita e publicação, ele encontrou um lugar social poroso à crítica ao castilhismo (Murari, 2010). Desse modo, a Farroupilha se torna o ponto arquimédico da/na sua escrita literária da história.

Além disso, a Farroupilha, Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos⁹, foi um conflito militar e político na Província de São Pedro¹⁰ entre 1835 e 1845. Ela integra um duplo movimento histórico. A montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação (Piccolo, 1985) e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram essa região na constituição de seus Estados-nacionais (Guazzelli, 1998). Assim, a Farroupilha começou como um

² Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1937). Surgiu no fim do Império com vistas a trabalhar pela República. Por toda a República Velha, foi o partido dominante no Rio Grande do Sul. O PRR foi extinto em decorrência da implantação do Estado Novo, com a dissolução dos partidos políticos.

³ José Antônio do Vale Caldre e Fião (1821-1876) foi um escritor, jornalista, político, médico e professor sul-rio-grandense. É um dos primeiros romancistas do Brasil pós-Independência.

⁴ José Martiniano de Alencar (1829-1877) foi um escritor, romancista e político brasileiro. Foi um dos mais importantes romancistas românticos, responsável por narrar as particularidades nacionais para a Corte.

⁵ Apolinário Porto Alegre (1844-1904) foi um romancista, historiador e jornalista sul-rio-grandense.

⁶ Luís Alves Leite de Oliveira Belo (1849-1915) foi um advogado, político e escritor brasileiro. Membro do Partido Liberal, também foi integrante da Sociedade Partenon Literário.

⁷ Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) foi político, jurista e historiador brasileiro. Foi presidente da Província do Rio Grande do Sul de 1876 a 1877. Foi nesse período que coletou as fontes para sua obra sobre a Farroupilha.

⁸ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) foi um político e historiador sul-rio-grandense. Inicialmente foi ligado ao PRR e a Júlio de Castilho, mas ainda na década de 1890 foi para a posição ligada aos federalistas.

⁹ Outras denominações pela qual a Farroupilha é conhecida.

¹⁰ Nome do atual estado do Rio Grande do Sul.

movimento de autonomia política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois tornar a Província de São Pedro uma república separada do Brasil. Também, a Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade sul-rio-grandense pelas mais variadas práticas simbólicas ao longo de um século.

Portanto, para alcançar o objetivo aqui proposto, o artigo vale-se da operacionalidade analítica de entender *Ruínas vivas* como uma “operação historiográfica”, isto é, a fim de analisar a escrita literária da história, usarei o procedimento que Certeau (2007) expõe para examinar a escrita da história. Inequívoco é que o que Certeau propõe se refere à operação historiográfica *stricto sensu*, mas eu pretendo ver a possibilidade fecunda de tal arcabouço metodológico posto a serviço da análise da escrita literária da história. Para fazer essa translação da historiografia para a literatura, dois passos teóricos importam. Por um lado, apreender e operar as diferenças entre ambas as escritas (Lima, 1989, 2006) e, por outro, manejar as semelhanças (Ricoeur, 2010a; White, 2014a; Jablonka, 2020). Desse modo, o passado é narrado tanto pela historiografia como pela literatura, e ambas têm a ficção (Lima, 2006; Certeau, 2011; White, 2014b) como um dos seus elementos. Contudo, há protocolos de construção de cada saber e narrativa (Ricoeur, 2007; White, 2014a) que tornam diferentes os produtos finais da escrita historiográfica e da escrita literária da história.

Assim sendo, o caminho desta investigação é saber como em *Ruínas vivas* se articula o lugar social com a prática e a escrita para responder à hipótese de como a Farroupilha é representada no romance; em outras palavras, como é possível perceber a “operação historiográfica” na literatura sobre a Farroupilha (Soares, 2016;

Rodrigues, 2019, p. 9-28). Logo, examinar a fonte como uma operação literária da história significa analisá-la como a articulação entre “a) um lugar social, b) práticas científicas e c) a escrita de um texto” (Certeau, 2007, p. 66). Para compreender, portanto, a história das narrativas¹¹ sobre a Farroupilha (Soares, 2019; Pesavento, 2009), parte-se do pressuposto de que toda narrativa histórica e literária se encadeia com um(ns) lugar(es), um(as) prática(s) e escrita(s) e, também, suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas¹². Isso acarreta uma forma de proceder na escrita literária da história limitada por condições inerentes ao lugar, à prática e à escrita de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação literária da história. Desse modo, além de fornecer a solidez social à escrita literária, o lugar social, a prática e a escrita também a tornam possível, e, assim, a escrita literária, em comparação com a escrita da história, delinea-se “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (Certeau, 2007, p. 76).

Para atingir o objetivo proposto, o artigo foi dividido em três partes. A primeira expõe o lugar social de *Ruínas vivas*. A segunda analisa as práticas intelectuais e literárias em torno do romance. A terceira parte apresenta algumas conclusões extraídas deste estudo.

Lugar social: contexto político e social

O Partido Republicano Rio-Grandense, sob a liderança de Júlio de Castilhos¹³, proclamada a República em 1889, assume o poder no estado do Rio Grande do Sul. Após o interregno do governo liderado por Barros Cassal¹⁴ em 1892, o PRR volta ao poder ainda antes da Revolução Fede-

¹¹ A narrativa, no caso deste artigo, reconstrói o tempo histórico no presente. Para Ricoeur (2010a, p. 56-92), “pela junção de um sujeito e um predicado, algo é alegado sobre o sujeito da frase”. Quando o romancista e o historiador narram, criam na obra o que foi a história. A narrativa, historiográfica ou literária, relata a vida de personagens em um enredo que produz a convergência a partir da divergência. Os indícios do passado, nas fontes e nos vestígios, adquirem sentido no enredo de uma narrativa, e, desse modo, um sentido é constituído para os fenômenos que surgem dispersos na linguagem. Assim, o mundo do texto, que a narrativa institui, é um dos lugares de sentido do passado.

¹² Pensar a Farroupilha como objeto historiográfico alude à noção de que a historiografia é a obra de um *lugar* e, entre suas hierarquias e seus códigos, entre a seleção da documentação até a escrita do passado, o fazer do(a) historiador(a) é referente à estrutura da sociedade que permite e impõe os usos do passado no presente. Ver: Hartog e Revel (2001, p. 13-24).

¹³ Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) foi o grande líder político do PRR.

¹⁴ João de Barros Cassal (1858-1903) foi político, jornalista e membro do PRR.

ralista de 1893¹⁵. A institucionalização do regime republicano colaborou para produzir o sistema político coronelista¹⁶ que foi a base do poder na República Velha¹⁷ (Resende, 2003). O coronelismo, enquanto sistema, instituiu-se no período em que os chefes locais principiaram a perder a sua força política local e necessitaram apelar ao governo, que, por sua vez, ainda não era forte o suficiente para garantir sua presença institucional. Assim, o fato de a base do poder do coronel ser local não significava que ele estivesse em isolamento, de modo que muitos coronéis influenciaram a política estadual e nacional (Ferreira, 2019; Ferreira; Pinto, 2017). O sistema coronelista entraria em colapso somente no fim da Primeira República, à medida que se incrementava no país o processo de urbanização, de industrialização e de crescimento populacional. Além disso, o poder estatal foi tornando-se mais interventor e aumentando sua margem de ascendência sobre o poder privado. Contudo, muitas práticas coronelistas, como o nepotismo, o mandonismo e o tráfico de influência, continuariam a existir na vida política brasileira. Para Axt (2007, p. 92), o PRR no poder:

[...] costurou mais compromissos conservadores do que progressistas, esteve longe das decantadas fidelidade partidária e coerência programática e esteve tão envolvido com as práticas coronelistas como qualquer outro agente político da época. Todavia, o modelo político conhecido no Rio Grande do Sul apresentou inegáveis especificidades. A principal delas diz respeito ao quadro de institucionalização autoritária e de sistematização do discurso político-ideológico de justificação do regime.

O PRR governou o estado do Rio Grande do Sul por toda a República Velha, tendo nas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros¹⁸ seus expoentes. Em 14 de julho de 1891, a constituição estadual foi proclamada, e muitas foram as questões polêmicas: o realce aos mecanismos de ingerência do poder estadual nos municípios,

a omissão do conceito liberal de separação dos poderes e a possibilidade de reeleição ilimitada. A Revolução Federalista foi uma resposta das oposições à centralização política imposta pela constituição de 1891, e, em 1895, com o fim da Revolução Federalista, o presidente Prudente de Morais¹⁹ garantiu a anistia aos federalistas.

O Partido Federalista²⁰, de oposição ao PRR, reorganizou-se em 1896, mas limitou-se a participar da política através da imprensa até as eleições para a Câmara Federal em 1906, quando elegeu três deputados (Franco, 2007). Contudo, Júlio de Castilhos, em seguida à Revolução Federalista, concluiu a organização do aparelho de Estado. Para Axt (2007, p. 95-96),

[...] o autoritarismo da Constituição de 14 de julho de 1891 investiu o Poder Executivo de formidáveis instrumentos de intervenção nos municípios e de controle do aparato estatal. Mas, ainda assim, o aparelho de Estado continuava não sendo *infraestruturalmente* forte o bastante para possibilitar à elite dirigente assenhoreada do comando a implantação de um regime ditatorial e de controle absoluto.

No entanto, havia no espaço político, com a progressiva urbanização e industrialização, novos sujeitos sociais em cena, criando focos de pressão que ameaçavam o fechamento do sistema político (Pesavento, 2007; Monteiro, 2007). Para Axt (2007, p. 96), a especificidade do Rio Grande do Sul,

[...] em relação ao sistema coronelista nacional estava numa permanente tensão existente entre o poder estadual e poderes locais, pois a natureza dessa relação era ao mesmo tempo de cooperação e de competição [...], enquanto nos demais estados a regra foi a acomodação entre esses dois termos. Ou seja, no Rio Grande do Sul, o comando político regional – também emerso de uma rede de compromissos coronelísticos – pretendia sedimentar cada vez mais o controle sobre o estado, enquanto os poderes locais aspiravam escapar do jugo compressor e forjar chefias relativamente autônomas.

¹⁵ Foi uma guerra civil brasileira iniciada no Rio Grande do Sul e ocorrida entre 1893 e 1895.

¹⁶ Coronelismo é um conceito empregado para explicar a estrutura de poder exercido pelo coronel no plano local sobre o poder público, mas que abarcou todo o sistema político do Brasil no decorrer da Primeira República.

¹⁷ A República Velha, ou Primeira República, durou de 1889 a 1930.

¹⁸ Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961) foi um político sul-rio-grandense, eminência parda do PRR após a morte de Júlio de Castilhos. Também foi presidente do Rio Grande do Sul por 25 anos.

¹⁹ Prudente José de Morais Barros (1841-1902) foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente do Brasil de 1894 a 1898.

²⁰ Partido político que existiu, no Rio Grande do Sul, de 1892 a 1928.

Nesse cenário, um letrado se destaca por sua trajetória política e intelectual: Alcides Maya. Ele foi do Partido Federalista e, após sua segunda passagem pela capital federal, entre 1913-1914, aderiu ao castilhismo-borgismo. Entretanto, quando escreveu e publicou seu romance, estava na oposição ao projeto castilhista de poder, que, após a morte de Júlio de Castilhos, foi liderado por Borges de Medeiros no comando do PRR. Desse modo, Maya usa o passado da Farroupilha para fazer sua crítica ao regime autoritário do PRR e,

A partir de uma perspectiva liberal inspirada pela leitura de Spencer e na defesa dos direitos de cidadania, empreende uma crítica ferrenha ao castilhismo, condenado como regime político ditatorial, nutrido pela politicagem e pelo militarismo (Murari, 2008, p. 158-159).

Portanto, em *Ruínas vivas*²¹ há as marcas do contexto, e, assim, o lugar social da operação literária da história fornece os primeiros indícios de como e por que razão a Farroupilha foi usada para criticar e repensar o poder regional do PRR e as tensões políticas com a oposição.

Prática: contexto intelectual

Ruínas vivas foi escrita entre 1905-1907, quando Alcides Maya encontrava-se no Rio de Janeiro, então capital federal (Silveira, 2020). Maya, desde o fim da década de 1890, dedicava-se à atividade da imprensa rio-grandense tanto n'*A Reforma* como n'*A República* e no *Correio do Povo*, jornais ligados aos federalistas. Os editoriais de Maya eram agressivos ao governo estadual, comandado pelo PRR, o que lhe dava a hostilidade dos governistas. Segundo Almeida (1994, p. 29), "a firme atitude oposicionista de Alcides Maya configurou uma situação familiar paradoxal, na medida em que seu pai e seu avô materno eram republicanos e castilhistas". Também nesse período, "Maya fez amizade com Apolinário Porto Alegre" (principal intelectual à época e opositor dos castilhistas), "frequentando a Casa Branca" (local de residência de Apolinário e antigo quartel dos farroupilhas em Viamão) (Almeida, 1994, p. 30).

E uma das consequências da supremacia do PRR foi a coerção aos críticos do castilhismo. Assim, na virada do século, ressalta-se nos escritos de Alcides Maya uma visão crítica do presente, acompanhada de um projeto político liberal:

Opondo-se, acima de tudo, ao clima de terror repressivo instaurado no Rio Grande do Sul com o término da Revolução de 1893, buscavam sustar a consolidação da ditadura positivista no estado, mantendo um confronto constante com a facção governista. Com idêntico vigor, no entanto, exorbitavam o âmbito da política partidária, empenhando-se na construção de uma liderança intelectual e moral que abarcava, em seus projetos, a literatura, a imprensa, as manifestações artísticas e filosóficas, enfim, o meio cultural em sua generalidade. Nesse sentido, a atuação de Alcides Maya parece ter sido ponderável, congregando intelectuais, difundindo novas ideias e conclamando à tomada de posições (Almeida, 1994, p. 59).

Alcides Maya transferiu-se pela primeira vez para a capital federal em 1903. Ali permaneceu até o primeiro semestre de 1907. No Rio de Janeiro, escreveu *Ruínas vivas* entre 1905-1907. Uma primeira questão a destacar em relação ao romance é a diferença entre o tempo de edição e a efetiva oferta do livro ao público. Embora 1910 conste nas notas tipográficas de *Ruínas vivas* como o ano de sua edição, a obra só chegou às livrarias no segundo semestre de 1911. Para Almeida (1994, p. 127), "é passível de desconfiança que alguma coisa no livro tenha sido modificada entre 1907 e 1910", e, também, que, "por estar estreando na narrativa regionalista, Alcides Maya tenha encontrado dificuldades em publicar seu romance" (Almeida, 1994, p. 122).

Essa primeira passagem pelo Rio de Janeiro se caracterizou por um vivo trabalho jornalístico, com uma intensa vida literária; assim, para Moreira (2007 p. 275), "Alcides Maya sintetiza o pensamento crítico dessa época: munido de renovado arsenal teórico, introduz as novas ideias na esfera das discussões literárias". Ademais, ele volta, no segundo semestre de 1907, para o Rio Grande do Sul, quando lança o *Jornal da Manhã*, em que a maioria dos seus colaboradores se identificava

²¹ Maya publicou seu romance pela Livraria Chardron, de Lello & Irmãos Editores de Porto, em Portugal.

com os federalistas (Hohlfeldt, 2007). Dessa maneira, "tendo o *Jornal da Manhã* optado por uma linha de franca oposição ao governo de Borges de Medeiros [...], a imprensa oficial, no intento de silenciar a oposição incômoda, não tivera pruridos éticos" (Almeida, 1994, p. 76).

Também em 1907 aconteciam as eleições para o presidente do estado do Rio Grande do Sul. Disputavam as eleições Carlos Barbosa²², apoiado pelo PRR e por Borges de Medeiros, e Fernando Abbott²³, apoiado pelos opositoristas da dissidência republicana e pelo Partido Federalista. Fora patente o apoio de Alcides Maya na campanha de Fernando Abbott (Saccol, 2018).

Borges de Medeiros e Pinheiro Machado²⁴ eram os alvos da crítica no *Jornal da Manhã*. Logo, essa troca de Júlio de Castilhos por outros alvos elucidada-se pela fama cultivada em volta do Patriarca da República²⁵. Assim, existe uma modificação em relação às manifestações de Alcides Maya sobre a figura de Castilhos nessa conjuntura, diferente do antecedente. Comum aos dois momentos foi a censura à resolução de Castilhos a perpetuar-se no poder, alcançando em cheio, com isso, Borges de Medeiros. Desse modo, Almeida (1994, p. 89) chama atenção para a mudança de posicionamento de Maya em relação a Castilhos: "concorre para confirmar o movimento detectado anteriormente, simultâneo à crucificação de Borges de Medeiros, de entronização da imagem teórico-política de Castilhos como Patriarca da República". Segue Almeida (1994, p. 89) mencionando um artigo publicado no *Correio do Povo* em agosto de 1910, que "denota uma avaliação positiva da atuação de Júlio de Castilhos à frente do Partido Republicano Rio-Grandense e do governo estadual". Além

disso, Almeida (1994) percebeu também nesse período que Maya, no fim da primeira década de século XX, vai diluindo seu spencerianismo e solidificando seu comtismo (Pezat, 2007)²⁶.

Alcides Maya, em fins de 1909, sai do Rio Grande do Sul, fixando-se outra vez na capital federal, onde continuaria de forma mais ou menos constante até o início da década de 1920. Nessa segunda ida ao Rio de Janeiro, além de intelectual, Maya torna-se um burocrata. Aqui creio ser possível estender temporalmente para o contexto de Maya a argumentação que Alonso (2002, p. 36) tem para os letrados do fim do século XIX:

Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração de 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura política local²⁷.

demais, Almeida (1994, p. 99-100) também aponta três razões para sua volta ao Rio de Janeiro: "a) realização literária, b) situação político-partidária adversa e c) campanha civilista em nível nacional". Se na primeira passagem no Rio de Janeiro é quando escreve o livro, foi só na segunda passagem, anos depois, que o publica²⁸.

Por fim, vale ressaltar que, do ponto de vista da teoria e da escrita literária, que a partir da geração de 1870 (Alonso, 2002) tem o naturalismo e o realismo como grade de leitura, os temas e pontos de vistas ligados às ciências expandem-se, em especial à biologia e à descrição de paisagens, de tal modo que a observação da natureza nacional contaria com mais ferramentas para o romancista, assim como se alarga a problematização da história e do contexto político pelo ficcional (Lima, 2007). Desse modo, acredito que *Ruínas vivas* é

²² Carlos Barbosa Gonçalves (1851-1933), médico e político brasileiro, foi presidente do Rio Grande do Sul de 1908 a 1913.

²³ Fernando Fernandes Abbott (1857-1924), médico e político brasileiro, foi presidente do Rio Grande do Sul interinamente em duas ocasiões, a primeira em 1891 e a segunda de 1892 a 1893.

²⁴ José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) foi um político brasileiro, um dos líderes do PRR e sua principal figura nacional. Após a morte de Castilhos, dividiu a liderança do PRR com Borges.

²⁵ Designação pela qual Júlio de Castilhos ficou conhecido.

²⁶ A passagem da doutrina do sociólogo Herbert Spencer (1820-1903) à doutrina de Auguste Comte (1798-1857) deve-se ao fato de que Spencer defendia o liberalismo clássico, enquanto Comte defendia um governo centrado em um Poder Executivo forte. Ambos foram os precursores da Sociologia baseada nas Ciências da Natureza.

²⁷ Ver: Gomes (2009).

²⁸ No mesmo período de Alcides Maya, João Simões Lopes Neto, em 1912, publica *Contos gauchescos*. Nesse livro há um conto sobre a Farroupilha chamado "Duelo de farrapos". Nele, o próprio narrador, Blau Nunes, conta sua participação na Farroupilha como ordenança de Bento Gonçalves (Lopes Neto, 2002).

tributário dessa experiência estética naturalista, e as descrições tanto das paisagens como de Miguelito (personagem principal do romance) reportam a essa estética (Saliba, 2017). Miguelito obedeceria, assim como a vida biológica, às leis da evolução, que antecipam o declínio fatal da vida ou da sociedade (Zilberman, 1980, 1998). Apesar de Miguelito se insurgir contra seu declínio, uma era de decadência espelha fatalmente o seu abatimento físico e moral, que se estenderia ao Rio Grande do Sul como um todo. A decadência de Miguelito seria parte da dinâmica geral, o que posiciona o romance dentro dos limites de uma perspectiva finalista/naturalista (Leite, 1978).

A prática literária fornece mais alguns indícios para dialogar com a hipótese do artigo. Um primeiro elemento é que a escrita de Maya se dava primeiramente na redação jornalística, isto é, abarcava temas atuais e que precisam de rápida e arguta análise. Além disso, seus textos eram proeminentemente políticos, o que exigia síntese e objetividade. Ademais, o contexto intelectual adverso fazia sua prática literária uma alavanca para o seu verbo crítico e direto. Também, a estética naturalista foi o gênero pelo qual emerge a Farroupilha no romance, enfim, lugar social e prática literária se entrelaçam com a escrita literária, que é o que veremos adiante.

Com todos os elementos do lugar social e da prática apontados até aqui, cabe perguntar: a que deve, no período de construção do poder do borgismo, esse interesse em uma leitura da Farroupilha contra o PRR e Borges de Medeiros? Isto é, como o lugar social ajudou a operar tal leitura da Farroupilha? Creio que uma conjectura explicativa pode ser lançada com base nos trabalhos de Love (1975) e de Axt (2007). Aquele divide a inserção do Rio Grande do Sul na política nacional (durante a República Velha, 1889-1930) em quatro períodos: a) 1889-1894 – dependência dos presidentes militares, b) 1895-1903 – autonomia relativa e isolamento, c) 1904-1908 – emergência gradual como força política importante

e d) 1909-1930 – participação em larga escala da política nacional. Assim sendo, aponta Love (1975) que, a partir de 1910, o Rio Grande do Sul e o exército eram os dois atores/fatores que poderiam desestabilizar o sistema político do café com leite²⁹. Isso veio a ocorrer nas eleições de 1910, de 1922 e de 1930. Portanto, acredito que o interesse em uma releitura da Farroupilha está nessa nova inserção do Rio Grande do Sul na política brasileira, e, assim, uma crítica ao PRR e ao borgismo, via Farroupilha, poderia ser usada politicamente. Por outro lado, Axt (2007) divide a política regional sulina, durante a República Velha, em sete períodos: a) 1889-1895 – institucionalização republicana, b) 1895-1903 – Hegemonia castilhistas, c) 1903-1907 – Crise da hegemonia, d) 1908-1913 – Construção da hegemonia borgiana, e) 1913-1920 – Hegemonia borgiana, f) 1921-1923 – Contestações e crise de hegemonia, g) 1923-1930 – Recomposição da aliança hegemônica. Desse modo, a trajetória intelectual e política de Maya que interessa ao artigo é composta, considerando a cronologia de Love (1975), pelas fases *c* e *d*, a crescente inserção nacional do Rio Grande do Sul, e, segundo a classificação de Axt (2007), pelas etapas *c*, *d* e *e*, a gradativa dominação borgista da política estadual.

Também, segundo Love (1975, p. 88), "Borges compartilhava com Castilhos a sobriedade, o comtismo, a pouca idade com que fora ao poder e, em especial, o autoritarismo". Logo, "a ascensão de Borges à liderança do partido marcava a institucionalização do sistema do PRR" (Love 1975, p. 89), e, assim, a continuidade pessoal e disciplinar do PRR ajudou a impulsionar Pinheiro Machado e Borges no cenário nacional. Para Love (1975), a política do PRR, em nível nacional, buscava o favoritismo econômico e o patronato federal e, dessa forma,

Borges reassumiu o governo do Rio Grande em 1913. Em certo sentido ele não se diferenciava de qualquer governador de outra região: estava interessado no patronato federal. Mas foi melhor sucedido que a maioria de seus colegas. Conseguiu no governo Hermes assegurar aos rio-grandenses um número de postos impor-

²⁹ Como era denominada a predominância dos estados de São Paulo e de Minas Gerais na política nacional.

tantes, além do que obtivera em qualquer administração anterior. [...] os empregos federais no Rio Grande foram preenchidos por Borges, que simplesmente enviou suas nomeações às várias repartições e ministérios do Rio (Love, 1975, p. 166).

Assim sendo, Maya estava na oposição a Castilhos, a Borges e ao PRR, isto é, em especial no momento da construção da hegemonia e na institucionalização da hegemonia borgista (Axt, 2007), de modo que Maya opera literária, política e profissionalmente em um lugar social hostil, mas não fechado a sua circulação. Por outro lado (Love, 1975), na inserção do estado sulino na política nacional, Maya atua na retaguarda do borgismo, isto é, ao mesmo tempo ele oferece uma explicação política e histórica que favorece a oposição no estado sulino como a oposição em nível nacional, pois o estado, comandado pelo PRR, era um dos fatores de desestabilização da política do café com leite, assim, a pena de Maya auxiliava na contenção do borgismo.

Escrita: a Farroupilha narrada em romance

Escrever o passado é uma tarefa que no Ocidente começou com Homero. Este escrevia em verso e, guiado pelas musas, reapresentou a guerra entre gregos e troianos. Após, Heródoto escreveu o passado em prosa, com o objetivo de contar as causas das guerras médicas e para que os feitos de gregos e bárbaros não fossem esquecidos. Desse modo, na Antiguidade ocidental, nasciam duas maneiras de narrar o passado (Lima, 2006; Jablonka, 2020): a historiografia e a literatura (como hoje é denominada). Ambas as formas às vezes concorrem ou colaboram para narrar e dar sentido ao passado, e Ricoeur (2010b) aponta para a relação intrínseca dessas duas formas de escrita. Neste artigo, através da operação literária da história, busca-se compreender a escrita literária da história. Isto é, através dos mecanismos de uma operação metodológica, quer-se entender o sentido do mundo da vida que emerge do mundo do texto.

Partindo dessas considerações, a fonte do artigo presta-se à avaliação por se tratar de um texto de literatura que narra o passado em um tempo e um espaço específicos e que, também, dialoga com o contexto político e social do seu tempo e com a teoria literária e o mundo intelectual de seu período. Assim, esta seção está dividida em três partes, que pretendem explorar as possibilidades de sentido abertas pela operação literária da história. Primeiramente, uma avaliação dos personagens e do meio social e ambiental que o narrador cria para o desenvolvimento da trama; após, a compreensão das relações entre sociedade e indivíduo; e, por fim, a relação naturalista entre determinismo e ruínas (enquanto sobrevivência e da sociedade e do indivíduo) no desenvolvimento e no progresso da história.

Iniciando a estória: os personagens e o meio

O romance começa com uma cena em que o velho capitão Chico Santos despertara quando fantasiava sua vivência de outrora. Essas lembranças eram visões desorientadas e, por um instante, ele rememora-se de Andrade Neves³⁰ comandando um ataque aos paraguaios. Assim, Chico Santos, ao recordar o cenário, abançou-se ligeiro, atormentado com as aparições quiméricas; entretanto, o desvaio partiu, e ele girou-se para o campo. À vista do velho capitão, o sossego dilatava o planalto e, no clima brilhante, dava-se toda a amplitude do pampa. Para Almeida (1994, p. 138), é em *Ruínas vivas* que "a tradição guerreira da província foi inserida e, no século XIX, também pelas referências explícitas as campanhas em que Chico Santos participara a partir da Revolução Farroupilha". Segue o narrador afirmando que, após uma calma transitória, Chico Santos abala-se mais uma vez: "fugira-lhe novamente o espírito para o passado belicoso. Andava agora por [18]35" (Maya, 2002, p. 23), e a paisagem era de uma dobra de serrania, onde se emboscara uma tropa dos farroupilhas. O narrador descreve o acampamento dos farrapos a partir da visão

³⁰ José Joaquim de Andrade Neves (1807-1869) foi um militar brasileiro que atuou na Farroupilha e na Guerra do Paraguai.

Chico Santos:

A dois passos, entre arbustos açarrapados, um pendão *farroupilha* balouçava arrogante às bafagens da altura o seu feixe d'armas, e, em torno, soldados de gandola vermelha e fitas rubras nos sombreiros, quebrados insolentemente à testa, passeavam dispersos ou aos magotes, entre flâmulas coloradas das lanças nos sarilhos. [...] apaixonado pelo encontro, Chico Santos esperava ansiosos o desfecho, desejando o desarme, exigindo uma vitória imediata, como diante de um caso sério (Maya, 2002, p. 23-24).

Essa quebra da narrativa dos fatos contemporâneos, para a inclusão do passado, adianta ao leitor a trajetória futura de Miguelito, pois isso acontece pelo problema de ajuste à situação contemporânea e pela relação que o ligava ao avô materno. Dessa forma, Miguelito acostumar-se-ia a reviver as lembranças do avô na fantasia, de tal modo que a memória de Chico Santos da Farroupilha era um momento de fuga para Miguelito (em seu presente). Contudo, haveria uma nostalgia pueril no seu retorno, motivo pelo qual Chico Santos

[...] pensou nos camaradas, buscou-os, chamou-os: tinha a certeza de que estavam perto, a algumas braças; e não enxergava ninguém, ninguém, respondia, foi obrigado a continuar sozinho, sentindo-se irremediavelmente abandonado nos rodeios tortuosos da montanha traiçoeira [...]. Dominou-o uma angústia inexprimível, fê-lo vacilar uma vertigem coruscante: quis deter-se, faltou-lhe o chão, ia rolar... Um movimento brusco, violento, fazendo oscilar o catre, dissipou o vágado (Maya, 2002, p. 25).

Continua o narrador descrevendo que na tapera do Capitão Santos havia três peças e mal se podia caminhar lá dentro. O narrador descreve também seu traje campeiro, a antiga espingarda, a espora e o poncho. Ademais, o rancho, separado da estância, tinha abrigado Chico Santos contra as desordens do sul. Assim, ele arrastava as pernas após 70 anos a cavalo, e a sua frente:

Ei-la, a vastidão deserta, a vastidão querida! Nunca se fartara de vê-la, de respirá-la, de senti-la, e rejubilava contemplando-a sem fim, majestosa e torva, cinturada de flamas, à rutilância do sol, por entre densas fumagens de batalha [...] aos dezesseis anos, deixara o rancho paterno para sopesar, comovido, a sua primeira lança [...] a sua alma revel de gaúcho,

alma saudosa de guerreador e de nômade [...] ia-se toda [...] para as nuvens cor de sangue (Maya, 2002, p. 28).

A partir disso, a ocorrência do paisagismo, com paradas descritivas, é uma das particularidades do regionalismo literário no Rio Grande do Sul (Nedel, 2007), em moda no período dos textos precursores de Alcides Maya. Voltando ao romance, segue o narrador dizendo que a percepção persistia em atraiçoar o velho Chico Santos, a febre cruzava a pele em ardor, tomava-lhe o corpo, e a mente agitava-se com as feições esparsas da batalha, e Miguelito a cavalo, de volta à estância, observava o avô estático no chão. O jovem completara 15 anos, era moreno, forte e do avô legara somente o tamanho avolumado, pois diferia dele em tudo:

Miguelito criara-se guacho, haragano, pelas bibocas; invalescera dia a dia no seio agro dos escampados, à lei da natureza anárquica de mestiço, sem a menor coerção moral, com a alma rebelde emoldada à antiga, impressionado, apenas pela força. Ignorava a poesia das carícias; nunca se lhe embebera o coração de religiosidade; não tivera mãe que o ameigasse. Existia nele, contudo, um elemento qualquer de ideação, que faltava aos demais de sua idade [...]. Arrebatado, violento, encruelecido na solidão nativa pela inclemência pastoril, desenvolvera em si mesmo, naturalmente, faculdades de sonho (Maya, 2002, p. 34-35).

Segundo o narrador, Miguelito era o único que escutava Chico Santos em seus lances de combate, aquele os revivia em seu imaginário, e, como ao avô, só a sina de peleja lhe parecia honrada e livre. A experiência do avô fora um contínuo pelejar que ele recordava com outros casos bélicos do passado:

Durante a guerra civil de 1835, sentira um entusiasmo irrefletido, cego, de instinto, pela causa revolucionária e não se alistara logo sob as insignias da república por causa de um tio, que o educara e servia à legalidade [...]. Prestava, todavia, os serviços possíveis aos rebeldes e, de uma feita, salvou a cinco de morte certa, num rincão onde iam ser surpreendidos. Mas o tio pereceu num recontro e a tomada de Caçapava, a 8 de abril, fê-lo desaparecer numa força incorporada mais tarde à coluna do general Netto. O tratado de 45 restituiu-o às lides campeiras (Maya, 2002, p. 35).

Assim sendo, transfigurado em "gaúcho consumado" sob a ascendência do avô materno, Miguelito era contrário aos serviços cotidianos da estância e indócil com a categoria subordinada que penalizava Chico Santos e induzia o avô a abrigar-se na reminiscência das velhas proezas bélicas. Isso sugere, na história do avô vinculada à história do estado do Rio Grande, um movimento de degeneração e, também, mostra o empenho do narrador com o determinismo cientificista do contexto de sua escrita (Moreira, 2007). O que o narrador via em seu presente (da escrita à publicação do romance) era um tempo de ruína econômica, política e moral do Rio Grande do Sul e, por isso, sua "ida ao passado" para retomar a Farroupilha como uma solução para o que considerava a decomposição do Rio Grande; desse modo, Chico Santos é o ponto arquimédico da crítica ao presente:

Chico Santos apreciava então o espetáculo [...] do poderoso encanto simples da grande vida forte de outrora, quando a campanha era uma imensa estância sem alambrados, percorrida à vontade, em todas as direções, livremente trabalhada, a todo tempo, pela gauchada lesta. Volvia a mocidade, pisando, num olvido feliz das suas dores, o mesmo prosclênio de dantes, revendo o velho campo dos guascas rudes (Maya, 2002, p. 36).

O narrador prossegue, afirmando que Chico Santos tinha nas suas histórias intervalos de gozo, generosidades da alma, naturalidades maliciosas da juventude. Apesar da lembrança debilitada, "ressurgia nos seus contos a alma cavaleiresca do antigo Rio Grande heroico e legendar" (Maya, 2002, p. 37), e Miguelito escutava todos os lances no bravo dialeto dos acampamentos fronteiriços. Ademais, ouvia com idolatria, inventando acenos de quem sobrecarrega o oponente:

Alheava-se de todo, por instantes, e só voltava a si do devaneio quando, no ambiente, alguma praga estourava rubra de ódio contra os *legalistas*, que o general Netto destroçava a patas de cavalo, ou sobre os paraguaios, que o narrador, ao lado de Andrade Neves, punha em fuga (Maya, 2002, p. 38).

Para o narrador, Miguelito arrematava de fantasia as histórias; não só escutava, também criava,

completava as aventuras do avô. Logo, Miguelito imaginava, inventava grandes homens, fantasiava pelepas num espetáculo rude. Também não distinguia datas e fatos, não sabia dos motivos de tantas batalhas e, assombrado, "passou a contrafazer a existência aventureira dos caudilhos célebres" (Maya, 2002, p. 39). Assim, Miguelito idealizava as pelepas de Chico Santos e imaginava combater seus inimigos "na boa camaradagem tradicional dos piquetes *farroupilhas*" (Maya, 2002, p. 41), de modo que o passado heroico sempre lhe vinha contrabalançar o presente.

Dessa forma, para Almeida (1994), é na passagem do século XIX ao XX que Maya discerniu o protagonista rio-grandense que transmitira à vida regional um aspecto particular: o monarca das coxilhas – vulto lendário a ser entendido como o organizador da história, lançava-o como a caução do amanhã, isto é, o passado farroupilha poderia assegurar o futuro desejado e, pelo momento político no Rio Grande do Sul no início do século XX, o lugar social entrelaçava com sua prática literária; com isso,

[...] passado e futuro aparecem como uma *miragem* vista num *continuum*, no qual não há espaço para o presente. O presente é apenas transição, circunstância fugaz que precisa ser superada para que a sociedade não interrompa seu ciclo evolutivo [...]. O presente, marcado regionalmente pela frustração do projeto político republicano de tendência liberal e por um ainda contingente e irrefutável raquitismo intelectual, só existe como realidade a ser negada pela ação de uma minoria heroica, comprometida com as forças progressistas e "fanática do Belo e da Verdade" (Almeida, 1994, p. 62).

Apresentados e analisados os personagens centrais do romance e a intriga da narrativa da escrita literária da história, passa-se a compreender as relações sociais que permeiam a obra.

O casarão: sociedade e indivíduo

Em *Ruínas vivas*, sobrepujava na paisagem o casarão do coronel. Em épocas passadas, em tempos de rebeldia e invasão, ficou conhecido como Casa Grande; era outrora um lugar triunfante, "quase feudal". Prendida às guerras do passado entre portugueses e espanhóis, depois "quartel-

-general dos Farrapos", com o passar do tempo perdera o esplendor áureo de antigamente. Após vendas e descuidos, virou propriedade de Paulino Gomes, comandante da Guarda Nacional³¹, chefe político do distrito e último representante de poderosa família das cercanias. Chamavam-na Estância Nova, o que condizia

[...] com o tom senhorial e soturno do frontispício, lembrando episódios de combate, façanhas cavaleirescas de [18]35, lendas sangrentas da reconquista. Envolvia-a o prestígio das tradições [...] cuja história Chico Santos referira ao neto, aos fragmentos (Maya, 2002, p. 44).

Ademais, Miguelito era neto também do coronel Paulino Gomes. Este tivera um filho chamado Artur (que morrera assassinado em uma disputa política na capital). Artur visitava o pai nas férias, quando em uma dessas folgas conheceu e seduziu Elisa, a filha de Chico Santos. Assim, nasceu Miguelito de um caso entre Artur e Elisa. O velho capitão apreciava Artur, conversavam sobre o passado, e um dia Artur "leu com solenidade um trecho apologético dos *farrapos*, o antigo revolucionário, analfabeto, ficava entusiasmado só de vê-lo" (Maya, 2002, p. 45). Depois, Artur voltou para São Paulo para cursar Direito. Logo após, o velho capitão descobriu, então, que lhe fora engravidada a filha. O episódio apresentou um término em que Elisa sumiu e, tempos depois, Miguelito apareceu. Além disso, Chico Santos, depois do acontecido à filha, vivera afastado de todos, e o conforto que lhe restou na velhice foi contar as crônicas belicosas dos tempos passados. Dessa forma,

[...] Miguelito crescera no culto desse passado: o avô e a casa formavam para ele um todo homogêneo: escapava-se de ambos algo de estranho ao meio em que respirava, diferentemente e mais belo, no espaço e no tempo, dando-lhe a aspiração de outro existir, por entre pejeas, no desconhecido das aventuras, na liberdade das várzeas ilimitadas (Maya, 2002, p. 46).

Percebe-se então que naquele período político, em que Maya escrevera o romance, tudo seria expectativa, a não ser o autoritarismo borgista, mas a estabilidade do gaúcho, cavaleiro na alma do Rio Grande, mantinha o imaginário em evasão para um futuro que poderia ser diferente, espaçando-se além do presente (Masina, 2004). Também, para Almeida (1994, p. 63),

Embora a imagem do *gaúcho-paladino* não tenha sido abandonada, sua imponderabilidade cada vez mais palpável, diluiu a figura vigorosa de *monarca das coxilhas*, observador ativo do horizonte da pátria, num traço difuso e intangível, resgatável apenas no delírio de Chico Santos.

Assim, voltando à narrativa:

O coronel compreendera o espírito do tempo: a beca substituíra a espada; aos campanhistas audazes tinham sucedido os *doutores*; e ele queria ver a raça culminando num rebento espiritual do antigo tronco rude. O mancebo animava, sem saber, aquelas esperanças secretas, orgulhosas e fortes: era popular no meio gaúcho e o Coronel, satisfeito, previa-o advogado, deputado, senhor intelectual da Comarca, dantes dominada, à violência, pelos avós guerrilheiros (Maya, 2002, p. 82-83).

Além disso, as últimas férias de Artur assustaram seu pai com manifestos republicanos contra os políticos atrasados do Império, e Artur assinava um artigo em que

[...] concitava, profeticamente, a mocidade patricia a estar a postos, vigilantes, firmes, pronta ao sacrifício, prosseguindo na obra dos "Farrapos", continuando Bento Gonçalves, Canabarro e Netto. À ossada dos bravos de outrora, entregava-a o revolucionário ao "minuano" para que este, a soprar indomável, das alturas andinas sobre os pampas vastos, a revolvesse e espalhasse entre a nova geração de lutadores [...] (Maya, 2002, p. 83).

O coronel acreditava que seu filho seria um Gaspar Silveira Martins³² no futuro. Porém, isso não aconteceu. Artur morrera por um tiro. Miguelito, filho de Artur, era neto do coronel. Contudo, o coronel resolveu bani-lo da estância, pois que-

³¹ A Guarda Nacional foi uma força militar organizada no Brasil em agosto de 1831 e durou até 1922.

³² Gaspar da Silveira Martins (1835-1901) foi um magistrado e político brasileiro. Foi deputado provincial, deputado geral, presidente de província, ministro da Fazenda e senador do Império do Brasil de 1880 a 1889. Foi ligado na Monarquia ao Partido Liberal e na República ao Partido Federalista.

ria impedir incômodos posteriores, e princípios morais que tinha sobre a "gente de semelhante laia" evitava incertezas. No entanto, Miguelito ensaiou uma insubordinação, e só um vestígio de respeito hierárquico neutralizou-lhe o ímpeto aguerrido e, assim, resolveu sair:

Miguelito quedou um segundo indeciso, vagamente arrependido da própria conduta, num retorno imediato à realidade brutal. Sentia-se alheio ao torrão, expulso, escorraçado. Amava deveras o pago, denunciou-lhe a comoção, e a ideia de sair, gerou-lhe no ânimo uma incerteza de futuro, um pressentimento de males (Maya, 2002, p. 88).

Embora a existência houvesse debilitado a imaginação cavaleiresca de Miguelito, tal acontecimento foi incapaz de dissipar o tom lendário das histórias do velho capitão, e foram essas velhas histórias farroupilhas que o mantiveram altivo no presente, portanto, com o entendimento "farroupilha" de que o passado era melhor que o presente e, também, que o futuro seria melhor se fosse "farroupilha". Assim, para Almeida (1994, p. 135), era esse entendimento "que o sustentava nesse momento de solidão extrema. Resguardando a hombridade e a valentia de Miguelito em situações limites, sustentando a expectativa de reversão da situação vigente através da mobilização de forças políticas 'progressistas e liberais'". A ser válida a hipótese de questionamento do presente em *Ruínas vivas*, isso também se distinguiria como uma demonstração de oposição em face da degradação socioeconômica presente (Murari, 2010). Dessa maneira, Miguelito "Recordava, meditava [...] cortando o campo em retirada Miguelito volta-se a remirá-la, crescera sob a atração da estância [...] por ali tinham passado, nos intervalos das cargas, os lidadores farroupilhas" (Maya, 2002, p. 97-98).

Finalizando a estória: determinismo e ruínas

Entretanto, terminados o conflito moral e as hesitações em que se agitava, Miguelito foi assentar praça, pois eram a peleja, a passagem da gauchada nas coxilhas e as perspectivas de lances inesquecíveis que o animavam. Com isso,

a guerra era, para Miguelito, um bom prenúncio, e ao "esporear o 'pingo' se arremessava, à disparada, nos campos, imaginando-o destemido lanceiro de Netto ou de Canabarro, em carga sobre pelotões inimigos" (Maya, 2002, p. 156). Portanto, o passado aparece pelas lembranças do avô; dessa maneira, surge a Farroupilha no romance e nisso ela se torna um elemento de construção de Miguelito, que se projeta como esperança de um futuro diferente do recorrentemente esperado e que tensiona, assim, a perspectiva determinista do narrador em relação ao futuro. Pelas lembranças do avô a respeito da Farroupilha, Miguelito pode matizar o futuro de degeneração à vista.

De tal modo, em *Ruínas vivas* o naturalismo foi a configuração literária adequada ao espírito positivo do tempo. Contudo, Maya entrevia vestígios da índole do monarca das coxilhas na alma do povo rio-grandense, confirmando a perspectiva idealista que animara a percepção de seu plano literário no fim do século XIX. Dessa forma, para Leite (1978, p. 52), "mesmo assim, a idealização do gaúcho persiste, porque, na ruína, buscam-se os resquícios do apogeu; no presente, procuram-se os restos do passado". Logo, a pressão social do naturalismo e a vontade pessoal do idealismo se cruzam em *Ruínas vivas*, que levam Miguelito a resgatar velhas aspirações para repensar seu presente:

Mas a vida é a vida, e, enquanto uns vivem à farta, outros rebentam de fome, ou se reagem, são perseguidos como "cachorro chimarrões" a tiro e a balas. Por que a distinção? Não conseguia precisar as causas; do passado possuía só, desmentidas pela realidade, as noções que lhe dera Chico Santos; e o presente chocava-o como uma formidável injustiça [...]. Enquanto uns tudo possuem, outros *nada podem* possuir, *ele nada* podia possuir [...]. Nem justificativa, nem solução: a sociedade esmagava-o sob o peso de sua força bruta (Maya, 2002, p. 158-159).

Do ponto de vista conceitual, a cosmovisão que decorre do romance seria a do naturalismo, em que o meio subtrai as expectativas de mudança social. Por outro lado, no entendimento social, poder-se-ia destacar a crítica de Maya em expor as dificuldades do Rio Grande do Sul e a inépcia

do castilhismo-borgismo em entender as dificuldades sociais da Campanha, descritas pelo narrador; dessa forma, o meio, a decadência da Campanha, sufocaria – ou melhor, arruinaria – o indivíduo Miguelito. Conforme observou Bosi (2012, p. 264),

[...] do naturalismo incorporado a ficção brasileira [...] de um lado, a tendência a mostrar a degeneração dos comportamentos causada por disposições herdadas e pressões do meio, e, de outro lado, a atenção centrada em situações propriamente brasileiras.

Assim, *Ruínas vivas* permitiu uma síntese entre os elementos do gaúcho, originários das situações de vivência na Campanha, e as ideias naturalistas sobre a adaptação do indivíduo ao meio, combinando isso no personagem de Miguelito (Fischer, 2021).

Voltando à estória do romance, o narrador menciona que Miguelito servia na guarnição de São Gabriel. Ele aparecera na venda do Aires, e este pensou que ele desertara. Miguelito não pode tolerar o quartel, "bom pra a negrada" (Maya, 2002, p. 103). Brigou com um superior e fora preso, mas "gavionara, que não era cativo" (Maya, 2002, p. 103). Aires procura Miguelito, avisando-lhe da vinda de uma escolta de São Gabriel, guiada pelo Anilho e que vinha prendê-lo por desertor. Contudo, Miguelito matou Anilho com uma adaga. Matara, entretanto, não como se matava nas guerras, como Chico Santos matava; ao contrário, Miguelito cometera um delito. Logo, para o narrador, Miguelito não era mais o mesmo, o mundo não era mais o mesmo, e, assim, "uma lucidez tranquila dissipava de uma a uma, como um facho de luz crua, inapagável, todas as ilusões da sua adolescência" (Maya, 2002, p. 173). Aquele era o primeiro cadáver, e Miguelito nunca deixaria de ser, na opinião de todos e na sua, um bandido. Ele voltara à estância por onde

a abandonaria a caminho da fronteira:

Miguelito contemplou o espetáculo, desperto da cisma perversa que o levava; e o seu último olhar carregado de vingança, cintilante de álcool, foi para a fachada altiva da antiga residência caudilheira. Odiava-a; supunha eterna em sua força e retirou-se ameaçando-a, punhos crispados, sem saber que lá, como em tudo ao redor, como nele próprio, só havia restos, – de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças [...] (Maya, 2002, p. 175)³³.

Portanto, o passado que se transpôs para o romance e que Miguelito vivia se desfez. Logo após a publicação de *Ruínas vivas*, a posição filosófica e política de Maya passou por mudanças, em reavaliação profunda das conexões político-partidárias antecedentes, que resultaram em sua entrada na Câmara Federal, no fim da década, integrando a bancada do PRR. Para Almeida (1994, p. 102),

[...] certamente não aleatório, nem oportunista na acepção pragmática que por vezes lhe foi atribuído, seu distanciamento do dogmatismo spenceriano da juventude parece responder, junto a fatores de ordem subjetiva, à conjuntura da nova correlação de forças estabelecidas entre os governos rio-grandense e federal no quadriênio 1910-1914³⁴.

A escrita literária da história em *Ruínas vivas* mostrou o processo de desintegração econômico-social da Campanha na figura do jovem Miguelito. De outro modo, o reverso desse processo é a crítica, em seu tempo, ao projeto castilhista de poder reatualizado em Borges de Medeiros. Portanto, para a hipótese deste artigo, a Farroupilha entra no romance através de Chico Santos como uma forma de o personagem Miguelito ter subsídios para resistir à força indestrutível do meio social, esse naturalizado, que avança para seu destino. As lembranças da Farroupilha, no presente de Miguelito, forçam a mostrar as mudanças que a sociedade sofreu e, também,

³³ Para Almeida (1994), o emprego do termo "raça" no escrito de Maya, afora ter um uso vigente naquele período, estabelecia, literariamente, uma interpretação análoga do espírito da nação. Apesar de a expressão ser questionável do ponto de vista sociológico, à época era apropriada, por sua intensa capacidade de doutrina estimuladora em "uma conjuntura em que as forças oposicionistas rio-grandenses empenhavam-se em formular um projeto de modernização da estrutura produtiva do Estado" (Almeida, 1994, p. 136).

³⁴ À vista disso, Almeida (1994) entende que a aproximação entre Alcides Maya e Pinheiro Machado sucedeu em 1913. Por causa disso, sua eleição para a Academia ficou sob suspeita, com denúncias de intermediação política no processo eleitoral de 1913. Entretanto, as obras editadas entre 1910 e 1912 avalizaram a Alcides Maya um lugar na literatura brasileira, ratificado em 1913 por sua seleção para a Academia Brasileira de Letras.

acabam sendo uma crítica às contradições sociais, econômicas e políticas do período, isto é, como a Farroupilha pode colocar valores que estariam se degenerando e seriam importantes para o progresso do estado do Rio Grande do Sul.

Conclusão

Portanto, *Ruínas vivas* problematiza, a partir da ficção de corte naturalista, o "estado castilhistas" que levava ao declínio de um tipo, figurado em Miguelito. Haveria um tempo passado que fora o ápice evolucionista, centrado no personagem capitão Chico Santos à época da Farroupilha, dos caudilhos célebres que, no progresso da sociedade, foram entrando em decadência pela evolução social e, mais especificamente no caso de Miguelito, as espadas foram substituídas pelos doutores. Um tipo de vida que terminou e outro que começava e para o qual não havia mais espaço, para Miguelito e a seu avô, a não ser a ruína determinada pela compreensão naturalista.

O tipo de problematização literária da história em *Ruínas vivas* também é pela via política. Assim, no primeiro quartel do século XX a oposição ao PRR (federalistas e dissidentes republicanos) começa a contestar o domínio autoritário que o PRR tem sobre o estado e usam da Farroupilha como instrumento para isso. Desse modo, Maya dá estocadas pontuais na situação social sul-rio-grandense por meio de seu romance. A República, que, em 1889, era a expectativa de um futuro melhor, tornou-se, no Rio Grande, a materialização de um estado autoritário controlado por uma chefia unipessoal – ou Júlio de Castilhos ou Borges de Medeiros. Em *Ruínas vivas*, a Farroupilha emerge, com o personagem Chico Santos, e o passado mostra as contradições do presente. Para Maya, a Farroupilha seria um repositório de lembranças de um passado de glórias em que se evoluiu para a ruína do futuro.

Ademais, o lugar social de operação do texto aparece no romance: o contexto político, em que a Primeira República é analisada pelo comando autoritário do estado do Rio Grande do Sul por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e pelo PRR e no qual a socialização de Maya se dá no

polo oposto, isto é, no Partido Federalista. Aqui se prepara o terreno para a representação da Farroupilha no romance.

Pela prática literária, a integração social de Maya ocorre nos jornais que fazem oposição ao PRR e que são ligados ao Partido Federalista – *A Reforma, A República, Correio do Povo, Jornal da Manhã* –, e seu ponto de vista teórico, que usa para abarcar o passado, foi, a jusante, o naturalismo literário, corrente em voga no período, e, a montante, o spencerianismo em política. Com o contexto intelectual, com o naturalismo e com a teoria política de Spencer, a Farroupilha é narrada como o ponto arquiímico da crítica ao presente.

Pela escrita literária da história, a Farroupilha é narrada, no romance *Ruínas vivas*, como o apogeu e o ponto de crítica ao presente. Pelos personagens capitão Chico Santos e Miguelito, a intriga se desenvolve em uma dinâmica naturalista, em que o meio social, como espelho da biologia, absorve o indivíduo numa trajetória linear de nascimento, crescimento e morte, na qual Miguelito e o Rio Grande do Sul estão a perecer no processo evolutivo. Contudo, a Farroupilha emerge como uma memória ao passado e como um sonho ao futuro enquanto crítica à sociedade sul-rio-grandense e como apoio para Miguelito suportar a ruína – dele e do Rio Grande do Sul. Na escrita literária da história, a Farroupilha é narrada como resquícios de um apogeu, pois ela é a única maneira de Miguelito e o Rio Grande do Sul adaptarem-se para sobreviver.

Referências

- ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andaren-go: Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: EdiPUCRS: IEL, 1994.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 1. p. 89-128. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 225-280.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Pensamento: Cultrix, 1994.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os anos de 1910: uma estabilidade instável. In: BACHA, Edmar; CARVALHO, José carvalho; FALCÃO, Joaquim (org.). *130 anos: em busca da república*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 57-77.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sâ. Estado e oligarquias na primeira república: um balanço das principais tendências historiográficas. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 422-442, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/69Hd-5MCMsmkvTvrpSGovfhF/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FISCHER, Luís Augusto. *Dois formações, uma história: das ideias fora de lugar ao perspectivismo ameríndio*. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

FRANCO, Sérgio da Costa. O partido federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 1. p. 129-170. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do partido republicano se apropria da "revolução". *História Unisinos: Estudos Históricos Latino-Americanos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 29-37, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4703/1925>. Acesso em: 21 jun. 2024.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a república Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHEES, 2001. p. 13-24.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 2. p. 313-327. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Brasília: Editora UnB, 2020.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Regionalismo e modernismo: o caso gaúcho*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio, n. 52).

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle: o controle do imaginário: sociedade e discurso ficcional: o fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LOPES NETO, João Simões. Duelo de farrapos. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e lendas do sul*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 116-123.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MASINA, Léa Sílvia dos Santos. Alcides Maya, Cyro Martins e Sergio Faraco: tradição e representações do regional na literatura gaúcha de fronteiras. In: LEITE, Ligia Chiappini Moraes; MARTINS, Maria Helena; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 95-107.

MAYA, Alcides. *Ruínas vivas: romance gaúcho*. Porto Alegre: Editora UFSM: Movimento, 2002.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 2. p. 229-259. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

MOREIRA, Maria Eunice. A literatura: de sombras e silêncios: novas formas para (re)pensar a sua história. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 2. p. 261-286. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

MURARI, Luciana. Água parada: o olhar da modernidade na ficção de Alcides Maya. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 150-167, dez. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/4509/3422>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MURARI, Luciana. Intelectuais e mobilização política na república velha: a escrita militante de Alcides Maya e Roque Callage. In: ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da (org.). *Política, desenvolvimento e relações internacionais no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Asterisco, 2010. p. 13-41.

NEDEL, Leticia Borges. Saber-se local: configurações do regionalismo no campo intelectual. In: GERTZ, René (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 399-410. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espaço, sociabilidade e cultura: o cotidiano na cidade de Porto Alegre. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 2. p. 163-228. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa revolução farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2. p. 233-267.

PEZAT, Paulo. Leituras e interpretações de Augusto Comte. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: república velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. t. 2. p. 29-99. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

PICCOLO, Helga. A guerra dos farrapos e a construção do estado nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 30-60.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p. 89-120.

RICOEUR, Paul. A composição da intriga. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. v. 1. p. 56-92.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b. v. 3. p. 310-328.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Entre a geração crítica e o giro linguístico: contribuição à história da historiografia sul-rio-grandense. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; MARTINS, Jefferson Telles. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019. p. 9-28.

SACCOL, Taciana Maria Parcianello. Cisões partidárias e jogos políticos: a dissidência republicana de 1907. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (org.). *Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 247-269. *E-book*. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Capitulos%20de%20historia%20politica%20-%20E-BOOK.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura: as apostas da república. In: SCHWARCZ, Lília (org.). *História do Brasil nação: a abertura para o mundo*. São Paulo: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2017. v. 3. p. 239-294.

SILVEIRA, Cassia Daiane Macedo. Modernidade e tradições intelectuais entre Porto Alegre e o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 454-474, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/nyJrJVQLBpBFyvPGKd5Lh3G/?format=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6648/2/TES_FABRICIO_ANTONIO_ANTUNES_SOARES_COMPLETO.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. História das narrativas da farroupilha. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; MARTINS, Jefferson Telles. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019. p. 35-54.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2014b. p. 137-152.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2014a. p. 97-116.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

Fabrício Antônio Antunes Soares

Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Freie Universität (PUC-RS/FU-Berlin). Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor-Pesquisador na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil). Professor-Colaborador no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (PPGHS/UEL).

Endereço para correspondência

FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES

Universidade Estadual de Londrina

Centro de Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História Social

Campus Universitário, Rod. Celso Garcia Cid, km. 380 (PR-445)

86057-970, Jardim Universitário

Londrina, PR, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.